

Por Aparecido Mendes Rocha (*)

Especialistas foram enviados por seguradoras para avaliar o navio Log-In Pantanal

Peritos norte-americanos estão no Porto de Santos para avaliar as condições do Log-In Pantanal e das cargas que não se perderam no acidente da última sexta-feira, quando 45 contêineres caíram no mar. Os especialistas foram encaminhados por clube de seguros formado por diversas seguradoras.

Os estrangeiros fazem parte do P&I Club (Protection and Indemnity, em português, Proteção e Indenização). Esse clube será responsável pelo pagamento de uma compensação financeira à armadora do navio. Isto é necessário já que ela deverá ressarcir os custos de todas as cargas perdidas com a queda dos contêineres.

Ainda não há previsão de quando os donos das mercadorias serão ressarcidos. Tudo depende das investigações e do inquérito instaurado pela Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP). A Autoridade Marítima deve indicar se o acidente aconteceu por uma falha na estivagem da carga ou ainda por algum problema do navio.

Na segunda-feira (14), secretários de Meio Ambiente de oito das nove cidades da Baixada Santista criticaram, novamente, a falta de informações sobre a queda dos 45 contêineres que estavam a bordo da embarcação.

Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá, Bertioga se uniram para, em uma carta aberta, repudiar o silêncio das autoridades sobre o acidente da última sexta-feira.

Os secretários de Meio Ambiente se referem, principalmente, às informações não prestadas pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) sobre as cargas que estavam no navio e os procedimentos de segurança que deveriam ser adotados logo após o acidente.

“Ao invés de famílias caminhando pela orla e grupos praticando lazer e esporte, o cenário do último final de semana nas praias da região poderia ter sido muito, muito diferente – ecossistema marinho contaminado, vidas afetadas, infraestrutura comprometida, comércio e turismo prejudicados”, diz a carta.

Impactos

O secretário de Meio Ambiente de Guarujá, Sidnei Aranha, cobra da Log-In o envio de um plano de recolhimento das cargas. Segundo ele, além de um contêiner na praia do Saco do Major, foram encontrados diversos resíduos na orla da cidade. Entre eles, muitos produtos hospitalares.

“Ainda há resíduos de cargas. Não sabemos como descartá-las. Também não sabemos como e quando serão retiradas essas mercadorias, que são responsabilidade da empresa que gerou a poluição. Se não enviarem, vamos multá-los todos os dias até eles fazerem o que tem que ser feito”, disse Aranha.

Já em São Vicente três contêineres foram encontrados nas proximidades da Ilha Porchat e na praia dos Milionários. Assim como em Guarujá, produtos hospitalares foram levados pela maré.

“A ideia de apresentar a carta aberta é aproximar autoridades que têm relação com o Porto para aumentar a nossa capacidade de respostas em caso de acidentes. Prevendo que tenha efeito que desejamos, ótimo. Caso contrário, vamos provocar autoridades por ofício para que possamos ter

uma resposta digna e clara de todos os envolvidos”, destacou o secretário de Meio Ambiente de São Vicente, Vitor Carlos Vitório do Espírito Santo.

Em Santos, não foram encontrados vestígios de cargas e de contêineres, segundo o secretário de Santos, Marcos Libório. Mas isso não amenizou a tensão dos últimos dias. “Gerou desconforto. Aguardamos, buscamos informações e só tivemos resposta nesta segunda. Ainda não sabemos qual é o plano de recolhimento. Dúvida gera insegurança”.

Autoridade Portuária

A Docas informou, através de sua assessoria de imprensa, que Libório enviou solicitação de informações à Codesp somente na última sexta-feira, às 19h53.

Além disso, informou que o acidente ocorreu na Barra de Santos, em local externo à área do Porto Organizado e, portanto, fora da jurisdição da empresa.

“A Codesp não mediou esforços para dar total suporte aos órgãos competentes durante o ocorrido, como o destacamento de equipe da Guarda Portuária para inibir o desvio de mercadorias contidas nos contêineres e acompanhamento do órgão ambiental ao local dos fatos”.

Sobre as críticas dos secretários de Meio Ambiente das oito cidades da Baixada Santista, a Autoridade Portuária afirma que pretende marcar uma reunião geral para os esclarecimentos necessários e “solicitar a eles as reais intenções de se comprometerem com o PAM (Plano de Auxílio Mútuo) do Porto de Santos, estratégico e necessário para a relação Porto-Cidade”.

Empresa faz varredura no fundo do mar

A Log-In iniciou, nesta segunda-feira (14), uma varredura no fundo do mar para identificar e remover cargas que tenham caído do Log-In Pantanal, na última sexta-feira (11), no Porto de Santos. Os trabalhos são realizados a 20 metros de profundidade, na região onde os 45 contêineres caíram.

A empresa também se comprometeu a identificar e sinalizar com boias os contêineres submersos. A ideia é preservar a segurança da navegação e o acesso seguro ao canal do Porto de Santos. Este trabalho também vai facilitar as operações de resgate e retirada das cargas no mar.

Sobre a remoção de mercadorias, a Log-In afirma que a empresa Hidroclean está trabalhando, desde sábado, na limpeza das praias da região. Esses materiais foram identificados nos sobrevoos realizados no final de semana.

O Log-In Pantanal deve permanecer no Porto de Santos até, pelo menos, o final desta semana. A Tribuna apurou que a embarcação precisará de reparos. No entanto, em nota, a armadora informou que aguarda a remoção dos contêineres que ainda estão a bordo da embarcação para avaliar se houve avarias à embarcação.

Operação

Na semana passada, após concluir o descarregamento de 252 contêineres e o embarque de outras 341 caixas metálicas na Embraport, que fica na Margem Esquerda, na Área Continental de Santos, o Log-In Pantanal seguiu para a Barra. A embarcação aguardava uma janela de atracação para operar na Brasil Terminal Portuário (BTP), na Alemoa.

No entanto, essa operação, que consiste na descarga de 179 contêineres e o carregamento de outros dez só poderá acontecer após reparos na embarcação e posterior liberação da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP).

A Tribuna apurou que as avarias não impedem a navegação do navio. Mas, com a queda dos contêineres, algumas áreas da embarcação foram danificadas, o que impede a circulação da tripulação.

Após os reparos, será necessária uma nova vistoria da Autoridade Marítima. Só assim a embarcação poderá operar na BTP e deixar o Porto.

Fonte: atribuna.com.br

(*) **Aparecido Mendes Rocha** é especialista em seguros internacionais.

Fonte: Blog do Rocha, em 16.08.2017.